

MAQUIAVEL, “PAI ESPIRITUAL DA REVOLUÇÃO”

Rodolfo Palazzo Dias¹
Josnei Di Carlo²

Resumo: O presente artigo investiga a obra de Nicolau Maquiavel para subsidiar teoricamente uma ideia de transformação política. A base analítica se constitui das obras *O Príncipe*, *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio* e *História de Florença*. Partindo de uma observação pontual da filósofa alemã Hannah Arendt sobre o diplomata florentino, realizamos uma leitura instrumental dessas obras para sublinhar como o problema da degeneração perpassa o pensamento político maquiaveliano. Assim, destacamos o debate sobre os mecanismos para se resgatar a virtù, que passam pelas estruturas institucionais e políticas. Resgatamos, portanto, as análises de Maquiavel sobre os riscos e as potencialidades presentes nos processos de renovação política das sociedades.

Palavras-chave: Maquiavel; renovação política; virtù; corrupção.

Recebido em: 03/06/2020

Aceito em: 12/11/2020

¹ Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), com bolsa PNPd/CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1845-1198>. E-mail: rodolfo.dias@gmail.com.

² Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9319-4750>. E-mail: josneidicarlo@hotmail.com.br.

MACHIAVELLI, "SPIRITUAL FATHER OF REVOLUTION"

Abstract: This article investigates the work of Nicolo Machiavelli to theoretically support an idea of political transformation. The analytical basis consists of the works *The Prince*, *Comments on the First Decade of Titus Livius* and *History of Florence*. Starting from a punctual observation by the German philosopher Hannah Arendt about the Florentine diplomat, we performed an instrumental reading of these works to underline how the problem of degeneration permeates Machiavelli's political thought. Thus, we highlight the debate on the mechanisms to rescue *virtù*, which go through institutional and political structures. We rescued, therefore, Machiavelli's analysis of the risks and potentialities present in the processes of political renewal of societies.

Key words: Machiavelli; political renewal; virtue; corruption

1. Introdução

Propomos, neste artigo, analisar como Nicolau Maquiavel (1469-1527) compreende o processo de renovação política. Além de sua obra mais conhecida, *O Príncipe* (*Il Principe*, 1532), nosso *corpus* é constituído de *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (*Discorsi sopra la Prima Deca di Tito Livio*, 1531) e *História de Florença* (*Istorie Fiorentine*, 1532). Assim como nos afastaremos do exercício exegético, duramente criticado por Skinner (2017), também manteremos certa distância do rigor analítico do contextualismo linguístico. Em seu panorama sobre a formação do conceito de Estado Moderno, com Maquiavel figurando como um dos principais artífices, Skinner (1996, p. 10) esclarece o método da Escola de Cambridge ao afirmar que "procurei não me concentrar tão exclusivamente nos maiores teóricos, preferindo focar a matriz mais ampla, social e intelectual, de que nasceram suas obras". Em razão de o estudo de um clássico passar pela compreensão da constelação de ideias no qual está inserido, a obra maquiaveliana ocuparia uma posição situacional no interior das ideologias de seu tempo.

Não negamos os ganhos analíticos do contextualismo linguístico, mas nosso objetivo é mais modesto, por se resumir a fazer uma leitura extensiva do *corpus* – com cotejamento de edições brasileiras e italianas (Maquiavel, 1971; 1994; 1995; 2006; 2007), auxiliada por algumas referências complementares – para apresentar como Maquiavel compreende a renovação política em suas obras. Destarte, sistematizaremos um pensamento assistemático por motivos políticos, por ser um fervoroso republicano. "Ao atacar de maneira frontal os historiadores do passado, Maquiavel evita cuidadosamente o terreno minado das discussões sobre o regime atual de Florença. Fazendo crer que", continua Bignotto (1991, p. 188), "os inimigos são os homens de letras, ele abre o caminho para uma crítica sutil aos senhores de seu tempo". Em razão de a ideia de tempo circular da história³ escamotear as intenções políticas do diplomata florentino, não é um exercício estéril analisar as passagens de sua obra sobre a renovação política.

Para Arendt (2011, p. 65-66), Maquiavel é "o pai espiritual da revolução" sem "o *páthos* revolucionário específico do absolutamente novo, de um início que justificasse começar a contagem do tempo pelo ano do acontecimento revolucionário". Para a autora, é um equívoco tomar a ênfase que ele dá em sua obra à alteração, mutação e variação como indicativo de uma teoria da mudança política. Porém, alerta Arendt (2011, p. 65), "o que define a grande pertinência de Maquiavel para uma história da revolução [...] é que ele foi o primeiro a pensar a possibilidade de fundar um corpo político permanente, constante e duradouro". O diplomata florentino se diferencia dos revolucionários modernos por sua ação política objetivar a unificação da Itália. Estava preocupado com a fundação, "entendida como uma *rinovazione*, e a renovação era a única *alterazione a salute*, a única alteração saudável que lhe era possível conceber" (Arendt, 2011, p.

³ Maquiavel não se distanciou da noção de tempo de suas influências teóricas. Bignotto (2003, p. 54-55) destaca uma passagem de *Discorsi* exemplar da convicção maquiavelina de que as formas políticas se revezavam conforme o tempo transcorria. Assim, era inevitável para ele que os regimes se corrompiam com o passar dos anos. Apesar de sua preocupação com a conservação dos regimes, o pressuposto do tempo circular fazia com que não se aferrasse a soluções mecanicistas, na medida em que as coisas se degeneravam pela marcha do tempo.

66). Assim, nossas escolhas – em relação ao título do artigo e ao uso de renovação política como um conceito maquiaveliano – partem das observações da filósofa alemã.

As possibilidades analíticas a partir de Maquiavel são as mais variadas possíveis. A recepção de *O Príncipe* na contemporaneidade é exemplar: com Gramsci (2007) o "moderno príncipe" se encarna no partido político; para Strauss (2017) a obra traduz ensinamentos de um "professor do mal"; Skinner (1999) e Pettit (2002) enfatizam seu caráter "neorepublicano"; enquanto McCormick (2013) seu "populismo". No interior do "neorepublicanismo", Silva (2010) identifica uma corrente focada no conceito de liberdade negativa, outra no de liberdade positiva e uma terceira com um direcionamento para a democracia radical. Ao analisar os paratextos e traduções das edições de *O Príncipe* em conjunto com suas recepções no Brasil antes do campo acadêmico enfatizar seu republicanismo, Di Carlo (2018) destaca sua atratividade como manual para governar no campo político até hoje. Em uma análise retórica do texto do diplomata florentino, essa ambiguidade provém de seus usos do argumento do conflito social, aponta Magalhães (2011). Mas também pode ser identificada em sua postura política e intelectual, permitindo compreendê-lo através do conceito de ambivalência proposta por Bauman, conforme Bao (2016).

Apesar dessa multiplicidade de abordagens, sistematizaremos a compreensão maquiaveliana do processo de renovação política através de uma relação direta com seus textos. Buscamos, portanto, fazer uma leitura rigorosa de Maquiavel, mas ao mesmo tempo mais livre, ao não seguir estritamente nenhuma corrente de interpretação específica.

Além desta introdução, o artigo está dividido em três tópicos de desenvolvimento e um conclusivo. Discutiremos, inicialmente, o problema do conflito dentro da obra do diplomata florentino, considerando tanto os malefícios destacados por ele como também seus possíveis efeitos benéficos; posteriormente, trataremos sobre os processos de constituição das instituições, e como elas se relacionam com o desenvolvimento da *virtù* e da corrupção em uma sociedade; por fim, abordaremos o papel das armas e a possibilidade de elas serem usadas para colocar freio à tendência social degenerativa, que pode ser desencadeada pelos mais diversos atores políticos (tanto os príncipes quanto o próprio povo).

2. Conflito e renovação política

Quais passagens da obra maquiaveliana sustentariam uma defesa da renovação política? Elas seriam coerentes dentro de um edifício conceitual fundado por um autor preocupado na conquista e manutenção do poder? Ao partir de um diagnóstico sobre a situação política descontrolada de Florença, Maquiavel procurava criar os alicerces teóricos para unificar a Itália e para fundar uma organização política sólida a ponto de os efeitos da corrupção demandar mais tempo para serem sentidos. Visava, portanto, a renovação de um corpo político corrompido. "A obra de Maquiavel [...] partindo da ideia de uma 'natureza humana' degenerada, exprime o tempo

todo uma profunda crença na construção de uma sociedade virtuosa. [...] Essa contradição”, conclui Bignotto (1991, p. 172), “seria o motor da obra maquiaveliana”.

A riqueza e a complexidade de Maquiavel tornaram seu pensamento político um campo de debates com abordagens que se digladiam não só sobre como situá-lo historicamente com precisão quanto sobre sua atualidade para se pensar a ação política dos atores políticos na contemporaneidade. Apesar de situada em um contexto político preciso, sua defesa da renovação política fornece instrumentos analíticos para se pensar a política contemporânea e seu processo de transformação.

A análise de nossa problemática parte de sua noção de corrupção e de degeneração, elemento de grande centralidade do período do autor florentino. Esta, além de causar uma série de malefícios presentes, também se colocava como grande oportunidade para o desenvolvimento da *virtù*: “para se revelar a *virtù* de um espírito italiano foi necessário que a Itália se reduzisse aos termos em que se encontra atualmente”, continua Maquiavel (1996, p. 123) no último capítulo de *O Príncipe*, “e que fosse mais escrava que os hebreus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada, e tivesse suportado todo tipo de ruína.”⁴

Não é acidental, portanto, seu discurso ser fundamental para se compreender a cultura italiana até hoje, chegando a orientar o processo de unificação da Itália no século XIX. Bianchi e Mussi (2013) destacam que o *Risorgimento* italiano ganhou novo impulso em 1859, e de 1861 a 1871 houve a construção de uma nova nação concomitantemente à derrota do papado. “O revigoramento da historiografia e da ciência política italiana não deixou de ser [...] um reencontro com a tradição maquiaveliana. O *Risorgimento* foi, também, o renascimento de Maquiavel”, concluem Bianchi e Mussi (2013, p. 13). Assim, ao se identificar uma situação de corrupção e de degeneração em uma organização política, torna-se coerente a defesa de um processo de renovação política – entendida como alteração e criação de uma nova forma de Estado capaz de produzir *virtù* – com base nos argumentos de Maquiavel.

Neles, a ideia de corrupção e de degeneração se apresenta com diversos fatores políticos correlatos: a) junto ao conflito social violento, por produzir exilados e derramamento de sangue – argumento identificado na defesa de Maquiavel (1971, p. 16-18) da república romana e como esta, mesmo que envolta em uma série de disputas, não gerava luta violenta entre as partes por causa de sua *virtù*; b) na submissão a outros Estados, considerando que “falar em ‘estado livre’ é”, observa Skinner (2012, p. 73), “falar num estado que governa a si mesmo” – deduzimos ao Maquiavel (1996, p. 108) destacar que os “príncipes devem evitar ao máximo estar sob dependência de outros”⁵; c) com a sobreposição do interesse privado ao interesse comum – segunda nossa leitura do Capítulo Nove de *O Príncipe*, quando Maquiavel (1995, p. 67-68) diferencia o apoio popular ao cidadão privado (os Gracos e Giorgio Scali como exemplos), do

⁴ “volendo conoscere la virtù di uno spirito italiano, era necessario che la Italia si riducesse ne’ termini presenti e che la fussi piú stiava che li ebrei, piú serva che persi, piú dispersa che gli ateniensi: sansa capo, sansa ordine, battuta, spogliata, lacera, corsa, e avessi sopportato d’ogni sorte ruina” (Machiavelli, 1995, p. 169).

⁵ “príncipi debbono fugire, quando possono, lo stare a discrezione di altri” (Machiavelli, 1995, p. 151).

apoio ao Príncipe que comanda, e do Capítulo Sete do mesmo livro, ao Maquiavel (1996, p. 31) tratar dos antigos senhores da Romanha, que "mais espoliavam seus súditos do que governavam e lhes davam motivos mais para a desunião do que para a união"⁶.

Como se vê, tais fatores estão presentes na Itália de seu tempo, correspondem a Estados em situação de crise política aguda, e exigem uma renovação do corpo político (como o último capítulo de *O Príncipe* indica).

Maquiavel (1971, p. 10-11) possui Políbio enquanto interlocutor ao tratar dos temas da corrupção e da degeneração, muito observável no capítulo dois dos *Discorsi*, ao retomar a tese clássica dos ciclos das formas de governo. Bignotto (1991) observa que a descrição maquiaveliana segue o sexto livro das *Histórias* do historiador grego. "Aderindo a uma visão clássica da questão, recusando a concepção cristã do tempo linear, o secretário florentino evita o choque com as mentalidades conservadoras de seu tempo, mas não nos desvela inteiramente o sentido de seu gesto", indica Bignotto (1991, p. 174). O retorno às seis formas de governo (não utilizadas em *O Príncipe*), com três formas boas e três más, a sucessão cíclica de tais formas de governo uns em relação aos outros e a degeneração geracional que ocorre entre os governantes são aspectos desse diálogo.

Maquiavel, porém, não reproduz *pari passu* a concepção teórica de Políbio. Ames (2004) sintetiza as diferenças ao lembrar que o diplomata florentino não mimetizava a sequência cíclica das formas de governo do historiador grego em razão de defender a adequação das instituições à natureza do tempo, além de destacar as formas de governo mistas em vez de considerá-las somente em sua forma ideal. O uso da ideia cíclica de Políbio no pensamento político maquiaveliano, portanto, teria a função menos em estabelecer rigidamente uma sequência lógica de sucessão dos governos e mais de compreensão do movimento histórico dos Estados. Com isso, Ames (2004) enfatiza o rompimento de Maquiavel com a sequência cíclica das formas de governo de Políbio. Sintetizando o argumento do comentador, um movimento de degeneração é marcado por conflitos sociais que extrapolam as estruturas institucionais estabelecidas, com a *licenza*⁷ orientando a ação política dos governantes, e não o interesse público. E, com o crescente processo de degeneração, o Estado – nas palavras de Maquiavel (1994, p. 25), "privada de conselhos e de força, é tomada por algum vizinho governado com mais sabedoria"⁸. Acabaria, portanto, sendo anexado e riria enquanto instituição autônoma e soberana.

O processo não é inevitável na medida em que o diplomata florentino considera o papel das leis fortes e das instituições sólidas. Para Maquiavel (1971, p. 13-14), a degeneração pode ser evitada por legisladores sábios – com os espartanos sendo seu exemplo por criarem desde o princípio leis que bloqueavam um processo degenerativo – e pelo desenvolvimento de

⁶ "avevano spogliati e' loro suditi che corretti, e dato loro matéria di disunione, non d'unione" (Machiavelli, 1995, p. 45)

⁷ O termo *licenza* é utilizado de algumas formas na obra maquiaveliana. De Sousa (2014) defende que este teria sido usado inclusive para caracterizar uma terceira forma de governo na obra *O Príncipe*. Em geral é utilizado como adjetivo tanto para governos como para indivíduos caracterizados pela corrupção e degeneração.

⁸ "mancandole sempre consiglio e forze, divendita suddita d'uno stato propincuo, che sia melho ordinato di lei" (Machiavelli, 1971, p. 13).

instituições virtuosas. Tais leis e instituições, enfatizamos, eram produtos da *fortuna*⁹ de cada Estado. Fortuna presente ou na criação do Estado, na formulação de suas primeiras leis, ou no desenvolvimento desse Estado.

Roma, segundo Maquiavel (1994, p. 14), se "não se beneficiou da primeira vantagem que indiquei, teve a segunda. E se suas primeiras leis eram defeituosas, jamais se afastaram do caminho que podia leva-las à perfeição"¹⁰.

Skinner (2012, p. 77) destaca o papel da *primeira fortuna* na constituição de repúblicas livres e estáveis. Ao contrário desse argumento, consideramos que uma institucionalidade inicial defeituosa – ainda que não favoreça a liberdade *imediatamente*, ao menos não sendo um entrave para a construção desta posteriormente – pode fornecer os alicerces para a formação de um Estado grandioso, como Roma o foi no pensamento político maquiaveliano.

A comparação realizada por Maquiavel (1971) no Capítulo Seis dos *Discorsi* entre Roma, de um lado, e Esparta e Veneza, de outro, corrobora nossa leitura. Os elementos da ordem política destes que favorecem sua sobrevivência por vários séculos encontram-se em sua gênese. Tanto em um caso quanto no outro, essa ordem foi possível com a eliminação da participação política do povo, conforme Maquiavel (1971, p. 22-23). Trata-se, para ele, de um arranjo institucional adequado para Estados que não visem a expansão. A ruína de Esparta e Veneza explica-se por um desejo expansionista inadequado a suas instituições.

O diplomata florentino, porém, destaca que a expansão é um imperativo estatal. Um Estado desejável seria aquele que contivesse na índole de seus governantes e na própria lei limites para a sua expansão. Mas, como é recorrente em seus escritos, ele inicia com uma afirmação para logo em seguida negá-la. Compreensível Maquiavel (1994, p. 40) afirmar que estava

seguro de que se esse equilíbrio puder ser mantido, teremos a vida coletiva mais perfeita, e a paz mais desejável para uma cidade. Todavia, como não há nada que seja permanente entre os mortais, e nada é estável, é natural que as coisas melhorem ou piorem. A necessidade, por sua vez, muitas vezes nos obriga a empreendimentos que a razão nos faria rejeitar¹¹.

⁹ Por ser imprevisível, a *fortuna* não é passível de ser dominado pelos homens. Em um mundo marcado pelas mudanças constantes, ela simboliza o caráter imponderável da vida. Com isso, uma ação pode ser exitosa em um momento e em outro não e, para o diplomata florentino, aí reside um problema para os homens, por aferrarem-se aos êxitos acreditando que a mesma ação sempre levará aos mesmos resultados. Na síntese de Bignotto (2003, p. 26-27), "O que Maquiavel afirma, portanto, é que, embora a natureza humana seja repetitiva e que valha a pena recorrer à história para aprender com seus exemplos, não sabemos nunca como uma determinada situação particular vai evoluir".

¹⁰ "non sortì la prima fortuna, sortì la seconda; perque i primi ordini suoi, se furono diffetivi, nondimeno non deviarono dalla diritta via che li potesse condurre alla perfezione" (Machiavelli, 1971, p. 14).

¹¹ "E senza dubio credo, che potendosi tenere la cosa bilanciata in questo modo, che e' sarebbe il vero vivere politico e la vera quiete d'una città. Ma sendo tutte le cose degli uomini in moto, e non potendo stare salde, conviene che le sagliano, o che le scendano. E a molte cose che la ragione non t'introduce, t'introduce la necessità" (Machiavelli, 1971, p. 25)

Em seu realismo, seria mais aconselhável ter um Estado no modelo romano do que nos modelos espartano ou veneziano em função de o imperativo expansionista se aproximar mais cedo ou mais tarde. E, para um Estado possuir a capacidade de tal feito, é necessário a incorporação do povo na estrutura institucional do governo.

Identificamos, portanto, nos conselhos do diplomata florentino uma recomendação – perceptível nos capítulos iniciais dos *Discorsi* – de uma forma política em que o acesso do povo à organização política é garantido pela mistura das formas de governo. Fruto não de um ato legislativo primeiro, mas da dinâmica política histórica:

E assim nasceu a origem dos Tribunos da plebe, cuja criação veio a tornar mais estável o Estado daquela república, possuindo todas as três qualidades de governo em si. E tanto lhe favoreceu a fortuna, que, embora tenha passado do governo dos reis e dos aristocratas ao povo, por aquelas mesmas notas e por aquelas mesmas razões que foram discutidas acima, não obstante não se retirou, para dar o poder aos aristocratas, toda a autoridade das qualidades reais; nem se diminuiu toda a autoridade dos aristocratas, por dá-la ao povo; mas permanecendo mista, se fez uma república perfeita¹² (Machiavelli, 1971, p. 14-15, tradução nossa).

No pensamento político maquiaveliano, a solidez da organização política romana resulta de uma dinâmica histórica marcada pelos conflitos entre a plebe e o senado, criando um Estado que não anulava a classe que vinha a perder o poder para outra durante o jogo político. Destarte, as instituições eram adequadas ao imperativo estatal de expansão, resultando na grandeza e longevidade do Império Romano.

Para Skinner (2012, p. 90-92), o elogio ao conflito faz com que o diplomata florentino se distancie da tradição humanista de apego à noção de ordem. Mesmo que destacasse a boa *fortuna* e a *virtù*¹³ militar como elementos que garantiram o não dilaceramento da república

¹² “E così nacque la creazione de’ Tribuni della plebe, dopo la quale creazione venne a essere più stabilito lo stato di quella repubblica, avendovi tutte le tre qualità di governo la parte sua. E tanto le fu favorevole la fortuna, che, benché si passasse dal governo de’ Re e delli Ottimati al Popolo, per quelli medesimi gradi e per quelle medesime cagioni che di sopra si sono discorse, nondimeno non si tolse mai, per dare l’autorità agli Ottimati, tutta l’autorità alle qualità regie; ne si diminuì l’autorità in tutto agli Ottimati, per darla al Popolo; ma rimanendo mista, fece una repubblica perfetta” (Machiavelli, 1971, p. 14-15). A tradução de Sérgio Fernando Guarishi Bath realizada para a editora UnB desta passagem é, para nós, equivocada, por denotar que Roma enfraqueceu com o surgimento dos tribunos, “enfraquecimento” não confirmado ao cotejarmos com o original em italiano do texto maquiaveliano.

¹³ “[...] A *virtù* na qual fala Maquiavel não é a virtude no sentido tradicional clássico ou cristão, isto é, entendida como excelência moral, como qualidade de caráter moralmente positiva. Maquiavel se inspira muito mais no conceito latino de *virtus*, ou seja, como qualidade que contradistingue o vir, o homem varonil, conforme a definição de *vir virtutis* (homem virtuoso) oferecida por Cícero. Isso não significa que a *virtù* se deixa identificar simplesmente com a coragem ou a bravura. Conforme a interpretação de Maquiavel desse conceito clássico, a *virtù* é uma excelência de caráter que aponta para a consecução de determinados fins políticos e que está baseada em capacidades práticas, das quais parte é congênita, e portanto não suscetível de ser modificada, e parte é aprendida, e por isso passível de ser aperfeiçoada. A *virtù* não possui nenhuma qualidade moral. Consiste muito mais numa mescla de qualidades diversas e, em parte, opostas, cujo valor só pode ser julgado a respeito de

romana por conta dos conflitos, como lembra Skinner (2012, p. 92), consideramos a relação de causalidade no argumento de Maquiavel em sentido inverso¹⁴. "Não se pode de forma alguma acusar de desordem uma república que deu tantos exemplos de virtude, pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas das desordens que quase todos condenam irrefletidamente" (Maquiavel, 1994, p. 31)¹⁵.

Em síntese, a boa *fortuna* e a *virtù* militar foram gestadas pela dinâmica histórica conflitiva a marcar o processo político de Roma. Quando um poder era derrubado (dos reis ou dos aristocratas), o governo que o sucedia não se dava sob a égide da licenciosidade dos vencedores. Com isso, o novo modelo institucional trazia em seu bojo elementos do poder antigo, possibilitando que uma força social governasse sem aniquilar a que era hegemônica anteriormente. A mistura de várias instituições de governo, portanto, deve ser buscada no desenvolvimento histórico romano, que foi gestado pelos conflitos internos a marcar a sociedade de Roma. O conflito pode ser tomado como o bom fundamento do Estado romano.

Não que todos os conflitos necessariamente teriam o mesmo resultado, embora, através do exemplo romano, pudemos observar a possibilidade de relações conflitivas gerarem um processo de transformação social virtuoso. Mas para que as mudanças efetivamente se transformem em processos de renovação política são necessárias algumas condições fundamentais, que serão discutidas no próximo tópico.

3. Leis, instituições e corrupção

Se em *O Príncipe* Maquiavel (1995) volta sua análise para a dimensão das armas – o fundamento das boas leis –, em *Discorsi* (1971) se detém sobre as boas leis romanas, merecendo destaque o Capítulo Três por tratar dos Tribunos da Plebe, retomados frequentemente nos capítulos posteriores.

Os nobres, após a morte dos antigos reis de Roma, precisavam ter sua "insolência" contida, utilizando um dos termos de Maquiavel. E o papel dos Tribunos era análogo ao dos antigos reis: o de colocar freio à nobreza (1971, p. 16).

sua aplicabilidade na práxis política: coragem, valentia militar, magnanimidade, resistência, prudência e sobretudo a capacidade de reagir da maneira melhor em cada situação. [...] (Pinzani, 2004, p. 41-42)

¹⁴ Como Skinner (2012, p. 92) afirma, Maquiavel "não volta atrás no ataque a essa crença ortodoxa", que qualifica os conflitos como necessariamente nefastos.

¹⁵ "Não se pode de nenhum modo chamar com razão uma república desordenada, onde estão tantos exemplos de *virtù*. Porque os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação, das boas leis; e as boas leis daqueles tumultos que muitos irrefletidamente consideraram malditos" (tradução nossa) "Né si può chiamare in alcun modo con ragione una repubblica inordinata, dove siano tanti esempi di virtù; perché li buoni esempi nascono dalla buona educazione, la buona educazione, dalle buone leggi, e le buone leggi, da quelli tumulti che molti inconsideratamente dannano." (Machiavelli, 1971, p. 17).

Esse debate, nos *Discorsi*, introduz o problema da relação dos "nobres e a plebe" e do "senado contra o povo"¹⁶. Mais precisamente no desenvolvimento da problemática sobre "a guarda da liberdade", que, pergunta-se Maquiavel (1971, p. 18), deveria estar assentada ou "no povo ou nos grandes".

No Capítulo Cinco encontramos uma resposta mais formal e sistemática à questão, quando lemos que: "se considerarmos o objetivo da aristocracia e do povo, percebemos na primeira a sede do domínio; no segundo o desejo de não ser degradado – portanto, uma vontade mais firme de viver em liberdade porque o povo pode bem menos que os poderosos ter a esperança de usurpar a autoridade"¹⁷. Nessa resposta formal, Maquiavel defente a guarda da liberdade nas mãos do povo.

Em sua análise histórica, porém, a resposta é ambivalente. Quando uma república deseja apenas conservar-se, como era o caso de Esparta e Veneza, o argumento maquiaveliano indica a possibilidade de ser mais desejável a liberdade ficar sob controle dos nobres. Entretanto, ao remetermos ao Capítulo Seis, essa liberdade se dá a partir da exclusão do povo da organização política. Isso tornaria o Estado incapaz de expandir-se e, por causa do imperativo estatal de expandir-se, indesejável.

Se o objetivo for construir instituições mais seguras para um estado livre, o diplomata florentino recomenda as formas mistas de governos, cujo desenvolvimento dá-se, para ele, a partir dos conflitos políticos de um Estado, com o povo tendo uma instituição para colocar freios às ambições da nobreza. Com isso, uma pergunta a ser feita diz respeito ao expediente prático para a realização de tais instituições. Em razão de Maquiavel alertar, no Capítulo Dois dos *Discorsi*, sobre os perigos enfrentados pelos legisladores ao tentar submeter os homens a uma nova lei e a uma nova ordem.

Mas não há dúvidas de que as reformas serão sempre perigosas, pois a maioria dos homens não se curva de boa vontade a uma lei inovadora, que estabeleça uma ordenação nova das coisas a que não considerem necessário submeter-se. E como tal necessidade nunca é imposta sem perigo, pode acontecer facilmente que uma república pereça sem que haja atingido a ordem perfeita.¹⁸ (Maquiavel, 1994, p. 23).

¹⁶ Não sabemos se os pares conceituais "*senato contro al popolo*", de um lado, e "*nobili e la plebe*", de outro, teriam algum significado mais profundo no pensamento político maquiaveliano. Para isso, teríamos de fazer um estudo filológico mais aprofundado para sabermos o rigor analítico de Maquiavel ao tratar desses pares conceituais. Entretanto, a importância da diferenciação do nível institucional para o da composição social ficará mais definido ao discutirmos mais adiante a obra *História de Florença*.

¹⁷ e senza dubbio, se si considerrà il fine de' nobili e degli ignobili, si vedrà in quelli desiderio grande di dominare, ed in questi solo desiderio di non essere dominati; e, per conseguente, maggiore volontà di vivere liberi, potendo meno sperare di usurparla che non possono i grandi" (Machiavelli, 1971, p. 19).

¹⁸ "Ma fia bene vero questo, che mai si ordineranno senza pericolo; perche gli assai uomini non accordano mai ad una legge nuova che riguardi uno nuovo ordine nella città se non è mostro loro da una necessità che bisogna farlo; e non potendo venire questa necessità senza pericolo, è facil cosa che quella republica rovini avanti che la si sai condotta a uma perfezione d'ordine." (Machiavelli, 1971, p. 10).

Esta questão problematiza o procedimento da renovação política, que inerentemente contém riscos. E é especialmente importante questionar quem seria capaz de fazê-lo sem produzir a ruína da sociedade. Por termos tratado no tópico anterior dos conflitos como substrato de um processo de renovação política, falta desvelar qual é o ator com condições ótimas de conduzir esse processo no pensamento político maquiaveliano.

O Capítulo Nove, ao tratar da criação originária, de Esparta ter tido a primeira fortuna com Licurgo e Roma com Rômulo, Maquiavel apresenta um argumento que corrobora nossa análise sobre a renovação política. Trata-se do exemplo de Cleômenes ao tentar restaurar a legislação de Licurgo através da força. Com ele há indícios sobre a importância da concentração de poder no processo de renovação política – mesmo que os conflitos estejam postos de maneira difusa – e sobre o papel central da ação política do líder ao estar orientada para o bem comum e não para o interesse pessoal.

O Capítulo Dezoito, por sua vez, apresenta indicativos dos elementos problemáticos existentes em uma república já corrompida: o problema da corrupção da própria população, com os costumes corrompendo-se. Diante disso, as instituições (*ordini*) do Estado, que antes operavam em um quadro de virtuosidade, deparam-se com problemas de toda ordem em seu funcionamento. O exemplo maquiaveliano é o das magistraturas do consulado romano. Somente os que demandavam o cargo concorriam. Se em uma situação de virtuosidade o procedimento era bom, em função de os virtuosos demandarem; em uma fase de corrupção, eram os poderosos¹⁹ que tinham sua demanda realizada. Destarte, as instituições “liberais”, boas em um estado virtuoso, podem servir para espalhar a corrupção nos vários níveis sociais. Por isso, convém reformá-las.

Nesse mesmo capítulo, porém, o diplomata florentino se mostra bastante cético em relação às reformas, tanto as que se deem gradualmente quanto as que ocorram rapidamente. As dificuldades, para ele, estão relacionadas à extensão do prazo, em um caso, e ao uso de métodos extraordinários por pessoas de *virtù*, em outro. No Capítulo 25 e Capítulo 26 são apresentadas saídas possíveis para esses empecilhos. No primeiro desses capítulos destaca-se a importância da aparente reprodução dos aspectos institucionais passados²⁰. O segundo, indicando um rompimento com o que havia sido dito anteriormente, das dificuldades de se alterar a ordem, exalta a renovação política da sociedade pelo novo príncipe:

Quem conquista o poder soberano sobre uma cidade ou um Estado, não tem meio mais seguro para se manter no trono do que pela renovação, desde o início do seu reinado, de todas as instituições – sobretudo quando seu poder não tem raízes muito fortes. Deve, por exemplo, instituir novos magistrados com novas

¹⁹ “che avevano più potenza” (Machiavelli, 1971, p. 61).

²⁰ “ritenere l’ombra almanco de’ modi antichi” (Machiavelli, 1971, p. 73).

denominações; ou dar a riqueza aos pobres, como fez Davi ao ser coroado [...] (Maquiavel, 1994, p. 93)²¹.

Em sua quase retomada dos argumentos de *O Príncipe*, o Capítulo 26 dos *Discorsi* enfatiza a necessidade da ação política do governante ser calcada em valores considerados maus diante da doutrina cristã, diferenciando a moralidade do homem público da do homem privado. Não há dúvida que poderíamos continuar pinçando exemplos dos *Discorsi* para apresentar o argumento maquiaveliano em torno da renovação política, mas com a análise do Capítulo Nove, Dezoito, 25 e 26, julgamos que a demonstração de nossa hipótese se realiza a contento, evitando o acúmulo exaustivo de exemplos.

Em síntese, os *Discorsi* têm um início inovador, ao ressaltar a importância dos conflitos sociais; seus argumentos tornam-se bastante céticos, pela dificuldade de superação da corrupção quando grassa na sociedade; depois caminham para uma descrição realista, mostrando a importância do convencimento da população a obedecer à nova ordem; e, por fim, em um tom quase normativo, indicam para o príncipe que toda ordem – tanto política quanto social – pode ser alterada.

Portanto, no processo de renovação política, podemos identificar nos *Discorsi* um argumento ao mesmo tempo cético e pessimista, com a exceção do Capítulo 26.

Assim Maquiavel demonstra que o desenvolvimento da liberdade no Estado está diretamente relacionado a uma sociedade que não foi carcomida pela corrupção – afinal, este foi o motivo de o conflito social entre a plebe e a nobreza em Roma ter gerado o Tribunato. Contudo, estando presente a corrupção, dificilmente se superará o estado de coisas pela via institucional legal, exigindo a ação política de um príncipe – disposto a utilizar de meios excepcionais e orientado para o bem comum – para a renovação política realizar-se.

Compreensível o diplomata florentino ser considerado o "pai espiritual da revolução", mesmo com a ressalva feita por Arendt (2011). Ou seja, em Maquiavel existe uma defesa de "retorno ao princípio", de acordo com Ames (2004, p. 115), em que se daria o rejuvenescimento do Estado através da concentração do poder e uso de expedientes excepcionais.

Em nossa chave de leitura, ao contrastarmos o pessimismo do Capítulo Dezoito com o otimismo do Capítulo 26, é que a solução para a corrupção está no príncipe, o agente transformador capaz de reordenar as leis em uma sociedade corrompida, e portanto renová-la.

²¹ Qualunque diventa principe o d'una città o d'uno stato, e tanto più quanto i fondamenti suoi fussono deboli e non si volga o per via di regno o di republica ala vita civile, il migliore rimedio che egli abbia, a tenere quel principato, è, sendo egli nuovo principe, fare ogni cosa, in quello stato, di nuovo: come è, nelle città, fare nuovi governi con nuovi nomi, con nuove autorità, con nuovi uomini; fare i ricchi poveri, i poveri ricchi come fece David [...]. (Machiavelli, 1971, p. 74).

4. As armas e o freio à degeneração

Para prosseguirmos no movimento de nossa análise, temos de retornar a *O Príncipe*, por seu enfoque ser mais as "boas armas" do que as "boas leis". Dado o fechamento do tópico anterior, duas questões inter-relacionadas entre si se colocam no horizonte. A primeira, como iniciar um processo de criação de instituições capazes de restaurar a *virtù* da sociedade em questão? A segunda, pressupondo a necessidade das "boas armas" para desencadear esse processo, qual o papel delas na fundação das novas instituições?

Em nosso objetivo de desvelar a renovação política no pensamento político maquiaveliano, devemos nos voltar para suas considerações sobre o povo, não enquanto substância, mas enquanto agente que se produz e reproduz em sua relação direta com o príncipe. Daí o primeiro elemento a se destacar no povo é sua importância enquanto fonte de apoio do príncipe. Esse tema é desenvolvido no Capítulo Nove de *O Príncipe*, onde Maquiavel (1996, p. 46), ao contrapor-se ao provérbio de "quem se apoia no povo, se apóia no lodo"²², afirma que

Se se tratar, porém, de um príncipe que se apoie no povo, que possa comandar e seja um homem de coragem, que não se deixe abater na adversidade nem negligencie outras providências, que mobilize a maioria com seu ânimo e seu regime, jamais ficará desiludido com o povo e verá que lançou bons fundamentos. (Maquiavel, 1996, p. 46).²³

Esta passagem destaca-se por delinear o príncipe como um homem público. Contrastado com cidadãos particulares como os irmãos Graco de Roma e Giorgio Scali de Florença, o líder é um político que, inevitavelmente, tem uma dupla dependência do povo: de um lado, deve temer a falta de apoio do povo em um momento de necessidade; de outro, esse apoio é o bom fundamento de seu poder. Para isso, conforme o alerta na sequência, o príncipe deve abster de usar o comando a partir de magistrados. Fazendo uma defesa da ordem absoluta, em oposição à ordem civil (objeto de estudo declarado do Capítulo Nove de *O Príncipe*), o diplomata florentino adverte dos perigos de um príncipe manter o processo decisório no controle dos magistrados ao assumir o poder. Assim, acaba por defender o controle absoluto do processo político do Estado por parte do príncipe.

A afirmação precedente aparentemente contradiz o que foi exposto quando tratamos da relação entre conflito e renovação política, mas defendemos que elas são complementares. O elogio à ordem absoluta no capítulo sobre os principados civis explica-se em razão de a

²² "che chi fonda in sul popolo fonda in sul fango" (Machiavelli, 1995, p. 67-68). O texto em Italiano possui uma nota advertindo que esse ditado possuía uma versão mais crua. Nas palavras de Giorgio Scali, florentino decapitado após a "revolta dos Ciompi", "chi si fonda in sul popolo, con riverenza, si fonda in sulla merda" (Machiavelli, 1995, p. 67).

²³ "Ma essendo un principe che vi fondi su, che possa comandare, e sia uomo di cuore né si sbigottisca nelle avversità, e non manchi delle altre preparazioni e tenga con lo animo e ordini suoi animato l'universale, mai si troverà ingannato da lui e gli parrà avere fatti e' suo' fondamenti buoni" (Machiavelli, 1995, p. 67-68).

constituição de um novo poder se dar com o fato incontornável de que outra classe detinha o poder anteriormente. Em um processo de renovação política, portanto, a obediência precisa dos mecanismos excepcionais como instrumentos de poder. Por isso, um processo de regeneração de um corpo político corrompido passa pela instrumentalização da concentração do poder. Daí a ênfase encontrada no pensamento político maquiaveliano de que o príncipe deve se orientar para o bem comum e não para o interesse pessoal. A ação pública, típica dos príncipes, contrasta com a dos cidadãos privados, como o exemplo romano dos irmãos Graco.

Silva (2013, p. 59) ressalta que Maquiavel foi um crítico da imprudência dos Graco, apesar de elogiar suas intenções nos *Discorsi*. Roma, naquele contexto, vivia em uma situação de elevada desigualdade em função da concentração fundiária – indicando uma corrupção sistêmica. Com isso, segundo Silva (2013, p. 57), os conflitos sociais romanos – antes virtuosos, por construírem as instituições que garantiram a liberdade – levam a uma degeneração institucional crescente. A partir desse momento “Maquiavel registra que Roma jamais voltou ter no conflito a causa da liberdade” (Silva, 2013, p. 58).

Uma intenção boa não define seu resultado, em função de um procedimento adequado ser fundamental para se atingir a meta. No caso dos Graco, o diplomata florentino elogia sua preocupação em resolver o problema da desigualdade – origem incontestada da corrupção da sociedade romana –, mas critica o procedimento adotado por eles. No argumento maquiaveliano, o problema deles era agir como cidadãos privados, quando a política pedia para serem príncipes. Não seria através da ordem civil, portanto, que se chegaria a uma solução da degeneração, mas pela ordem absoluta.

Se os Gracos tivessem agido como Cleômenes ou David – discutidos por Maquiavel (1971, p. 33-36, 74-75) no Capítulo Nove e 26 dos *Discorsi* –, o processo degenerativo de Roma não teria levado ao fim as grandes virtudes da república. O primeiro, lembremos, eliminou o senado e o segundo empobreceu os ricos e enriqueceu os pobres. Uma boa intenção precisa dos mecanismos excepcionais e da concentração do poder de um príncipe orientado para o bem comum.

Até aqui, porém, o povo está representando um papel de subordinação, enquanto mero fundamento do poder do príncipe. Com isso, uma pergunta em oposição pode ser feita: o povo poderia ter outro papel a representar, assumindo uma posição política ativa no pensamento político maquiaveliano?

Se o outro exemplo de cidadão privado não ajuda na resposta da questão, pelo menos o acontecimento histórico em que esteve envolvido pode ser útil. Giorgio Scali foi chefe popular florentino e, logo após a Revolta dos *Ciampi* (1378), tornou-se membro da *Signoria* em Florença. Três anos depois foi decapitado, responsabilizando o povo por não tê-lo apoiado (cf. Bignotto, 1991, p. 14). É a ele que o diplomata florentino tem como exemplo ao afirmar que o povo é efetivamente um bom fundamento para o poder.

Para entendermos a afirmação, temos de nos voltar para o relato de Maquiavel presente em *História de Florença*²⁴. Já no prólogo da obra, diferencia e qualifica as divisões de Roma e de Florença. Nesta, "os nobres se dividiam entre si, e depois houve a desunião entre os nobres e o povo, e por último entre o povo e a plebe" (Maquiavel, 2007, p. 8). Naquela, o elemento destacado por ele é a desunião entre os nobres e a plebe.

Silva (2013, p. 55) defende que a tese dos humores das cidades – cingida, de um lado, pelos dos grandes, e, de outro, pelo do povo – é apresentada de forma mais complexa em *História de Florença*. A plebe de Florença tinha um desafio a mais em relação aos Gracos. "Os conflitos em Florença foram também, em certo sentido, mais complexos, uma vez que a divisão fundamental entre os grandes e o povo, típica da república romana, desdobra-se em outras modalidades de conflito". E por isso, conclui Silva (2013, p. 47), eram "manifestas nas lutas facciosas entre famílias da nobreza e mesmo entre diferentes setores do povo".

Destarte, qual seria o modelo de comportamento indicado, pelo diplomata florentino, a ser seguido na renovação florentina? Tomemos um discurso, supostamente proferido por um revoltoso, relatado no Capítulo Treze do Terceiro Livro como exemplo. Para além de uma defesa radical da igualdade e da *Realpolitik* a ditar o ritmo do texto, Maquiavel (2007, p. 186, grifos nossos) sentencia através da boca dos revoltosos que

E ocasião melhor não poderia ser oferecida pela fortuna, pois os cidadãos ainda estão desunidos, a Senhoria ainda está incerta, e os magistrados, assombrados: de tal modo que podem ser facilmente vencidos antes que se unam e se tornem mais seguros; assim, ou nos *tornaremos os únicos príncipes da cidade*, ou passaremos a representar parte tão importante dela que não só nos perdoarão os erros passados, como teremos autoridade para ameaçá-los com novas injúrias.

Na passagem, o diplomata florentino expõe uma proposição política radical por aventar a hipótese de que a plebe pode vir a se tornar príncipe. Por causa de sua retórica, cuja ambiguidade está posta por seus usos do argumento do conflito social, conforme observação de Magalhães (2011), o debate sobre a concordância ou discordância de Maquiavel sobre os discursos dos atores políticos relatados em *História de Florença* é insolúvel.

Entretanto, nossa perspectiva ao tratar as palavras atribuídas por ele aos revoltosos é a mesma de Winter (2012, p. 745, tradução nossa): "Se nós pegarmos essas duas ideias – que a fala é endereçada ao leitor e que ela serve para propor um argumento teórico – como o ponto

²⁴ Não tivemos acesso à *História de Florença* em sua versão italiana; por isso não conseguimos fazer o cotejamento desses trechos.

interpretativo inicial, nós podemos questionar como a fala funciona como uma direção para o leitor e qual(is) argumento(s) teórico(s) ela fortalece."²⁵.

Independente da concordância política do diplomata florentino com os revoltosos, ele abre uma brecha para os pensadores políticos estabelecerem uma possibilidade teórica de se pensar a plebe enquanto agente político, a agir e intervir como um príncipe. Não queremos dizer, porém, que exista em Maquiavel o argumento formal de que a plebe, assumindo o poder político, necessariamente produziria o resultado da emancipação. Como destaca Winter (2012, p. 757, tradução nossa), "Em nenhum ponto o conflito entre plebe e povo é resolvido, nem em algum momento o orador deu alguma indicação que tal resolução poderia estar no horizonte da ação política emancipatória"²⁶. Não seria a resolução de tal dilema a solução para o problema da emancipação; afinal, se essa fosse uma solução em todos os casos, os Gracos teriam sido bem sucedidos.

Inclusive, diante do conflito entre a plebe e o povo, a desunião deste pode aparecer como vantagem para aquela na sentença maquiaveliana. Assim é porque a sociedade florentina estava marcada pela corrupção sistêmica. A análise do diplomata florentino desse período não é, conforme Skinner (2012, p. 114), uma oscilação pendendo "'entre liberdade e escravidão', mas 'entre liberdade e a licenciosidade'".

Não se trata, porém, de resgatar o povo para fazer frente aos grandes, em razão de faltar *virtù* àquele. Nesse caso, é melhor o povo estar desunido do que unido. Em um contexto de ausência de *virtù* da sociedade, se faz necessário a formação de um ator político capaz de produzir a renovação, cuja condicionante é ir além de sua base social (corrompida por uma sociedade degenerada, tornando-se imperativo a renovação política).

Em outros termos, o poder tinha de ser conquistado através da violência para haver a possibilidade da *virtù* brotar novamente na sociedade por meio de uma refundação completa das instituições. Entretanto, era do povo, mesmo corrompido, que poderia surgir esse ator político excepcional, abordado por Maquiavel em *História de Florença*. Portanto, a condicionante para a renovação era um membro do povo se destacar, concentrando poder em suas mãos, para refundar as instituições, possibilitando a restauração da *virtù* na sociedade. Como se vê, o argumento do conflito social maquiaveliano faz com que seu texto seja marcado pela ambiguidade, como alerta o já citado Magalhães (2011).

No pensamento político maquiaveliano se chega à renovação política por vários caminhos e a escolha depende da compreensão da realidade em questão. A figura do príncipe e o processo de concentração de poder é uma constante no argumento do autor. Mas quem assume tal tarefa é bastante variado e depende da situação histórica específica.

²⁵ "If we take these two ideas – that the speech is an address to the reader and that it serves to propose a theoretical argument – as interpretive starting points, we might ask how the speech functions as an address to the reader and what theoretical argument(s) it serves to strengthen".

²⁶ (Tradução nossa). "at no point is the conflict between popolani and plebe resolved, nor does the orator give any indication that such a resolution may be on the horizon of emancipatory political action"

5. Considerações finais

Maquiavel põe no horizonte a possibilidade teórica de a plebe tornar-se príncipe. Com isso, a renovação política não é só produto das elites, também podendo se dar através de uma intervenção direta e efetiva dos de baixo. Compreensível, portanto, Arendt (2011, p. 65-66) ter destacado que o diplomata florentino é frequentemente recepcionado como um precursor para a história da revolução. Entretanto, a filósofa alemã ressalta que a alavanca de seu pensamento político não é o novo, como no caso das revoluções modernas, marcadas pela rejeição ao passado ao objetivar construir uma sociedade quase do zero, mas a renovação, no sentido de fundação de um corpo político saudável para o poder se tornar mais estável e duradouro. Daí termos mobilizado a obra maquiaveliana neste artigo para subsidiar teoricamente uma ideia de renovação política.

O ato de tornar-se príncipe, entretanto, exige a concentração de poder. Uma necessidade em uma circunstância específica: quando a corrupção grassa pela sociedade. Como ato excepcional, a violência é um recurso indispensável, mas ela não deve se confundir com o simples "derramamento de sangue", identificável em sociedades corruptas.

A violência é, nesse caso, uma forma de impedir o acesso ao poder das forças sociais que foram responsáveis pelo estado de coisas em que chegou à sociedade. Essa violência deve se esquivar da possibilidade de produzir tiranias, como coloca Maquiavel no Capítulo Dez dos *Discorsi* (1971, p. 37). E, assim, é digno de elogios Rômulo que, ao passo que mata o seu irmão, cria o senado (Machiavelli, 1971, p. 34). Isto é, seu ato está marcado pela violência e pela concentração de poder, mas o mesmo ato cria as bases para evitar a violência futura ao viabilizar a renovação e regeneração do corpo político.

As novas instituições e leis produzidas pelo príncipe devem conter elementos que vão de encontro à corrupção; a saber, prevenir o derramamento de sangue, manter a autonomia do Estado e buscar o bem público. Para o diplomata florentino, isso significa em certa medida dispersar o poder, construindo uma forma de governo mista em que várias forças sociais tenham seu papel reconhecido. A renovação política consiste, nesse sentido, na concentração do poder. E justifica-se na medida em que ele cria as condições para a sua dispersão futura.

Referências

- Ames, José Luiz. 2004. História e ação política em Maquiavel. *Mediações*, Londrina, 9(1): p. 101-118.
- Arendt, Hannah. 2011. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Bao, Carlos Eduardo. 2016. Revisitando Maquiavel sob a ótica da ambivalência. *Estudos de Sociologia*, Recife, 2(22): 273-291.
- Bianchi, Álvaro; Mussi, Daniela. 2013. *Il Príncipe* e seus contratempos: De Sanctis, Croce e Gramsci. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, (2): 11-42.
- Bignotto, Newton. 1991. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola.
- _____. 2003. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- De Souza, Flavia. 2014. Maquiavel e a Licença. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 1(24): 75-87.
- Di Carlo, Josnei. 2018. Maquiavéis brasileiros: notas sobre leituras de Maquiavel no Brasil. *Tomo*, São Cristóvão, (33): 271-300.
- Gramsci, Antonio. 2007. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do cárcere, volume 3*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 11-109.
- McCormick, John P. 2013. Democracia maquiaveliana: controlando as elites com um populismo feroz. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, (12): 253-298.
- MAGALHÃES, Raul Francisco. 2011. Os usos ambíguos do argumento do conflito em Maquiavel e Aristóteles. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 19(39): 53-65.
- Machiavelli, Niccolò. 1995. *Il príncipe*. Torino: Einaudi.
- _____. 1971. *Discorsi sopra prima deca di Tito Livio*. Firenze: Einaudi.
- Maquiavel, Nicolau. 1996. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 1994. *Discorsi*: comentários sobre a primeira década de Tito Livio. Brasília: UNB.
- _____. 2007. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pettit, Philip. 2002. Keeping republican freedom simple – on a difference with Quentin Skinner. *Political Theory*, Charlottesville, 30(3): 339-356.
- Pinzani, Alessandro. 2004. *Maquiavel e O Príncipe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Silva, Ricardo. 2010. Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 25(72): 37-58.
- _____. 2013. Da honra ao patrimonialismo: conflito social e instituições políticas nos *Discorsi* de Maquiavel. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, (12): 43-66.
- Skinner, Quentin. 1996. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 1999. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: UNESP.
- _____. 2012. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM.
- _____. 2017. Significado e interpretação na História das Ideias. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, 9(20): 358-399.

Strauss, Leo. 2017. *Reflexões sobre Maquiavel*. São Paulo: É Realizações.

Winter, Yves. 2012. Plebeian politics: Machiavelli and the Ciompi uprising. *Political Theory*, Charlottesville, 40(6): 736-766.